

Transformações na composição do emprego e seus reflexos sobre o perfil distributivo dos ocupados na economia brasileira: algumas evidências a partir das novas inserções de ordem setorial e ocupacional nos anos 90

*José Celso Cardoso Jr.**

Este texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla, destinada a investigar as inter-relações entre as abordagens funcional e pessoal da distribuição de renda no Brasil, ao longo da década de 90. Identificando os condicionantes mais importantes em cada caso, acredita-se que seja possível recolocar a discussão sobre distribuição numa perspectiva analítica integrada aos aspectos do desenvolvimento econômico recente.

Parte desse esforço de reflexão está ligado ao estudo das novas inserções de ordem setorial e ocupacional que têm se materializado no País, com maior intensidade, desde o início da presente década. A idéia central é que o perfil de repartição pessoal dos rendimentos do trabalho seja um fenômeno estreitamente relacionado às características de cada setor de atividade e ao tipo de inserção ocupacional que neles predominam. Esses aspectos são vistos muito mais como resultado do estilo de desenvolvimento econômico vigente (portanto, fruto dos fatores que determinam a renda e o emprego agregados na economia) do que das forças que atuam no âmbito do mercado de trabalho.

O item 1 aponta alguns aspectos gerais das mudanças recentes na composição do emprego no Brasil, culminando com um confronto entre a distribuição pessoal da renda em dois momentos do tempo (1992 e 1996), segundo os três segmentos da atividade.¹ O item 2, por sua vez, detalha, em nível de alguns

* Técnico de Pesquisa do IPEA e Mestre do Instituto de Economia da Unicamp. Este trabalho é de inteira responsabilidade do autor, não refletindo, necessariamente, a opinião das instituições.

¹ As fontes de dados utilizadas neste texto foram a PNAD de 1992 e a de 1996. A distribuição do pessoal ocupado pelos complexos da atividade econômica valeu-se de um trabalho de compatibilização entre atividades da PNAD e setores das Matrizes de Insumo Produto, cujos procedimentos metodológicos constam em Cardoso Junior (1999).

complexos econômicos selecionados, certas características ligadas às novas inserções da população ocupada, a fim de evidenciar o quadro de desestruturação presente no mercado de trabalho brasileiro.²

1 - Mudanças na composição do emprego e na distribuição pessoal da renda nos anos 90

Os primeiros anos da década de 90, no Brasil, foram marcados por importantes transformações na composição do emprego e das remunerações, que guardam estreita vinculação com as inserções setorial e ocupacional dos trabalhadores.

Embora o crescimento do Setor Terciário seja fenômeno relativamente recente, datando apenas da segunda metade da década de 80 uma pronunciada elevação de sua participação no total da renda e do emprego gerado internamente, tão-somente nos anos 90 é que se configura uma situação evidente de mudança na sua composição setorial. O emprego migra violentamente da indústria para o Setor Terciário (comércio e serviços), ao mesmo tempo em que se altera a dinâmica de remunerações e de apropriação da renda gerada pelos diversos setores da atividade econômica.³

De um lado, os setores industriais têm perdido, cada vez mais, peso relativo na geração de empregos urbanos, reflexo mesmo da perda de participação da indústria na composição da renda nacional, sendo agora os setores do Terciário os maiores empregadores da mão-de-obra migrante da indústria, e este o que mais cresce em participação no PIB.⁴ De outro lado, as remunerações da indús-

² Cabe esclarecer que, embora se apresentem alguns dados referentes ao segmento agropecuário, o enfoque analítico privilegiará mais de perto as mudanças nos segmentos industrial e terciário da economia.

³ Dados da PNAD de 1996 indicam redução de 2,3% (algo em torno de 1,6 milhão de pessoas) da população ocupada em relação à pesquisa feita em 1995, sendo que o setor agrícola teria expulso 1,5 milhão de trabalhadores, principalmente mulheres e crianças de 10 a 14 anos. O setor de serviços, que tinha crescido à taxa de 5,1% ao ano entre 1993 e 1995, apresentou um crescimento de apenas 0,3% em 1996. Também o setor de comércio, que cresceu 3,8% entre 1993 e 1995, reduziu esse ritmo para 0,4% em 1996. Mas esses resultados não vieram em benefício dos setores industriais, que, em 1996, continuaram a perder postos de trabalho (-1,7%). A construção civil, no entanto, teve crescimento de 2,5% na ocupação.

⁴ Enquanto a taxa anual de crescimento médio do valor adicionado do segmento industrial foi de 2,8% no período 1990-96, a mesma taxa para o segmento terciário foi de 3,1%. No caso do pessoal ocupado, a taxa anual média de crescimento no período 1990-96 foi de 2,1% para os serviços e de -2,3% para a indústria. A respeito, ver Cardoso Junior (1999, cap.2).

tria, onde ainda predomina a inserção ocupacional dos assalariados com carteira, tradicionalmente maiores que as do Setor Terciário, têm crescido em ritmo e intensidade menores que as remunerações do comércio e dos serviços, onde têm tido dominância os empregados sem carteira e os trabalhadores por conta própria.

Uma das explicações para esse comportamento deve-se ao fato de os setores industriais, expostos abruptamente à concorrência dos produtos estrangeiros, terem de manter seus preços em níveis competitivos internacionalmente, evitando o repasse dos ganhos de produtividade aos salários reais. E isso é tanto mais possível quanto mais formalizados são os contratos de trabalho nesses segmentos da atividade econômica. Mesmo a presença de sindicatos organizados não tem conseguido fazer avançar suas reivindicações em um contexto de queda do emprego industrial, forte competição internacional e desalento da classe trabalhadora. Por sua vez, a informalidade das relações de trabalho cresce de maneira mais acentuada justamente no Setor Terciário, onde a ausência de competição externa permite maior incremento das remunerações, ao mesmo tempo em que a precariedade do controle institucional permite que esses setores possam se apropriar de uma maior parcela da renda gerada.⁵

No caso específico dos serviços, a radicalidade com que se processaram as transformações no emprego indica que não se tratava de um deslocamento natural da população ativa em direção aos empregos típicos de uma sociedade capitalista moderna, ainda que, de fato, a maior parte dos trabalhadores dos países desenvolvidos esteja concentrada no Setor Terciário da atividade econômica. Não se pode confundir um maior peso desse segmento na composição do emprego e da renda com um nível necessariamente supe-

⁵ Esse comportamento tornou-se particularmente importante desde a implementação do Plano Real, a partir de quando foi possível observar uma violenta dispersão de preços relativos nos primeiros meses do Plano, fenômeno típico de programas de estabilização sustentados com âncora cambial e significativo diferencial positivo de juros domésticos em relação aos juros externos. Quando o Plano foi implementado, a concorrência externa provocada pela abertura comercial e pelo câmbio valorizado impôs aos produtos industrializados um rápido ajustamento aos níveis dos preços internacionais, que se mantiveram, a partir de então, relativamente estáveis. De outro lado, os preços que não sofreram a concorrência externa, basicamente os preços de serviços prestados pelos chamados profissionais liberais e os preços de serviços pessoais prestados por uma ampla gama de trabalhadores menos qualificados, tenderam a manter uma trajetória de crescimento por não estarem submetidos à concorrência de "serviços importados". O aquecimento da demanda que se seguiu aos primeiros meses da estabilização permitiu, assim, um aumento significativo dos preços e remunerações desses serviços. O desenvolvimento completo desse argumento pode ser visto em Cardoso Junior e Matos (1998).

rior de desenvolvimento da economia, como num tipo de análise mecanicamente importada da experiência dos países centrais.

A experiência brasileira da industrialização e da urbanização sugere que o crescimento do emprego no Setor Terciário responde apenas em parte ao processo normal de desenvolvimento das atividades industriais e agropecuárias, podendo ser, nos anos 90 principalmente, explicado pelo atrofiamento dos setores industriais, isto é, pela incapacidade do crescimento industrial de absorver a força de trabalho ativa que a cada ano se incorpora ao mercado de trabalho urbano. Daí que as taxas de desemprego aberto da economia brasileira, postas em um patamar mais elevado na década de 90 comparativamente à média dos anos 80, somente não foram maiores por conta do papel absorvedor de mão-de-obra que esteve sendo desempenhado pelos setores do Terciário, operando como um elemento anticíclico à crise mais geral do emprego no País.

Os reflexos dessas transformações sobre o perfil distributivo da renda foram evidentes, como mostram os dados da Tabela 1, que informam sobre a distribuição pessoal da renda do trabalho principal para pessoas de 10 anos ou mais de idade, agrupadas segundo os grandes segmentos da atividade econômica. O último dado disponível (1996), confrontado com o do ano recessivo de 1992, indica uma pequena deterioração da distribuição, claramente refletida no Índice de Gini total, relativo aos trabalhadores ocupados nos segmentos da indústria e dos serviços.⁶ Embora o primeiro quintil tenha aumentado um pouco sua participação na renda total, de 2,9% em 1992 para 3,3% em 1996, o último quintil também demonstrou pequeno crescimento na apropriação final da renda, passando de 59,5% em 1992 para 61,1% em 1996, enquanto os três

⁶ O Índice de Gini total refere-se, na verdade, apenas aos ocupados com rendimentos nas atividades dos segmentos industrial e dos serviços, excluindo as pessoas com trabalho principal declarado em atividades agropecuárias, devido à grande incidência de trabalhadores não remunerados nesse segmento. Também ficaram de fora dos cálculos os trabalhadores que declararam como trabalho principal as atividades na produção para o próprio consumo, as atividades na construção para o próprio uso, os demais trabalhadores não remunerados e os trabalhadores sem declaração para o trabalho principal. Como resultado desses procedimentos operacionais, obtiveram-se estimativas subestimadas para os Índices de Gini finais, principalmente se comparados com os cálculos feitos para o conjunto dos ocupados, independentemente da categoria ocupacional declarada. No entanto o comportamento tendencial dos índices mantém-se praticamente o mesmo, qualquer que seja o universo amostral escolhido.

quintis intermediários tiveram perda de participação na renda total, motivo pelo qual a distribuição como um todo teve aquela pequena piora anunciada acima.⁷

No caso da agropecuária, pode-se constatar uma pequena melhora na distribuição entre 1992 e 1996, condicionada à observação de que esse cálculo exclui os trabalhadores não remunerados, que compõem efetivamente grande parte da mão-de-obra nesse segmento. Isso certamente está gerando Índices de Gini subestimados, mas, se a tendência de comportamento estiver correta, então não deixa de ser positivo o fato de os dois primeiros quintis terem apresentado ganhos de participação na renda do trabalho principal, pois englobam os 40% mais pobres dos trabalhadores desse segmento.

Os segmentos da indústria e dos serviços, por sua vez, possuem distribuições bastante díspares entre si. Enquanto na indústria a distribuição é a menos desigual dentre os grandes segmentos da atividade econômica, com tendência à melhora entre 1992 e 1996, nos serviços, ao contrário, a distribuição é a mais desigual, revelando uma piora relativa entre os anos pesquisados.

Na indústria, a renda do trabalho principal apropriada pelos três primeiros quintis (ou 60% dos trabalhadores com menores rendas) melhorou algo em torno de 8,1% para o primeiro quintil, 5,2% para o segundo quintil e 3,4% para o terceiro quintil, numa clara evidência de um efeito distributivo progressivo no período. Com a redução na participação da renda dos dois quintis de maiores rendas, o Índice de Gini referente à distribuição dos rendimentos para os ocupados na indústria pôde baixar entre 1992 e 1996.

A explicação para a distribuição menos desigual no segmento industrial pode estar ligada aos impactos da abertura comercial desde o início dos anos 90, particularmente aos processos de reconversão produtiva e reestruturação organizacional pelos quais passaram a maioria dos complexos industriais. A reconversão produtiva promoveu investimentos em modernização tecnológica, que dispensou grande parte dos trabalhadores menos qualificados, em nome de

⁷ É preciso lembrar que, na década de 80, a distribuição pessoal já tinha sofrido uma piora considerável em relação ao comportamento médio observado nos anos 70. De maneira geral, os anos 80 foram marcados por uma grande instabilidade do sistema macroeconômico, tendo sido a ausência de crescimento do PIB e a predominância de um regime de alta inflação no País (sem mecanismos de perfeita indexação dos contratos) os principais responsáveis pela deterioração do perfil distributivo. Nesse sentido, é bem verdade que o ano de 1996 representa uma melhora distributiva diante do quadro de deterioração vivido pela economia brasileira na década passada. Porém, focando mais de perto o comportamento da distribuição de rendimentos do trabalho nos anos 90, percebe-se que a reversão atribuída ao Plano Real costuma tomar por base o ano de 1993, porque imediatamente anterior à implantação do programa de estabilização, enquanto, quando se toma o ano de 1992, pode-se concluir que o efeito distributivo do Plano Real não foi tão intenso assim.

racionalização de custos e conquista de produtividade e competitividade internacional. A reestruturação organizacional, por sua vez, eliminou inúmeras ocupações intermediárias e de baixo conteúdo técnico exigido, mantendo empregado um conjunto de trabalhadores mais qualificados e de remuneração média mais elevada nos estratos inferiores, ao mesmo tempo em que a concorrência externa impediu o incremento das remunerações mais elevadas dos gerentes e técnicos mais qualificados. Ou seja, de um lado, a drástica redução do pessoal ocupado nas atividades industriais e, de outro, a predominância de trabalhadores mais qualificados e de remuneração média mais elevada nos postos de trabalho remanescentes podem ter concorrido conjuntamente para a geração de um perfil menos desigual na distribuição dos rendimentos do trabalho principal na indústria.

Tabela 1

Distribuição pessoal da renda do trabalho principal, segundo os grandes segmentos da atividade econômica, no Brasil — 1992 e 1996

(%)

DISCRIMINAÇÃO	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA	
	1992	1996	1992	1996
1º quintil	2,9	3,6	3,7	4,0
2º quintil	6,7	7,8	7,6	8,0
3º quintil	11,7	10,5	11,6	12,0
4º quintil	16,7	16,5	19,3	18,9
5º quintil	62,0	61,8	57,9	57,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Índice de Gini	0,512	0,500	0,480	0,468

DISCRIMINAÇÃO	SERVIÇOS		TOTAL (1)	
	1992	1996	1992	1996
1º quintil	2,6	3,1	2,9	3,3
2º quintil	7,0	6,0	7,2	6,5
3º quintil	10,8	10,3	11,1	10,8
4º quintil	19,4	18,2	19,4	18,3
5º quintil	60,2	62,4	59,5	61,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Índice de Gini	0,511	0,524	0,502	0,510

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: Os cálculos referem-se à distribuição pessoal da renda do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais ocupadas no período de captação de 365 dias da pesquisa, excluindo, no entanto, as seguintes categorias ocupacionais: trabalhadores na produção para o próprio consumo; trabalhadores na construção para o próprio uso; trabalhadores não remunerados; e trabalhadores sem declaração.

(1) Os dados referem-se à soma de indústria e serviços, portanto, exclusive trabalhadores da agropecuária.

Nos serviços, ao contrário, o ganho de renda verificado para o primeiro quintil não se deu em decorrência de uma perda de renda relativa aos 20% mais ricos da escala de distribuição, os quais, inclusive, registraram um aumento em sua participação. Isso fez com que crescesse a dispersão entre os rendimentos dos trabalhadores nos serviços, fenômeno refletido no Índice de Gini, que saltou de 0,511 em 1992 para 0,524 em 1996. Enquanto os 20% de menores rendas detiveram 2,6% de toda a renda do trabalho principal em 1992, os 20% de maiores rendas apropriaram-se de 60,2% no mesmo ano, passando, em 1996, para 3,1% e 62,4% os respectivos percentuais para os trabalhadores do primeiro e do quinto quintil da árvore distributiva.

A explicação para a distribuição mais desigual no terciário também pode ser buscada nos impactos das transformações recentes sobre o emprego e as remunerações. Ao contrário do ocorrido na indústria, o segmento terciário comportou-se como grande absorvedor de mão-de-obra durante os anos iniciais da década de 90, sendo as taxas anuais mais altas encontradas nos complexos de serviços diversos (4,1% a.a.), serviços produtivos (2,9% a.a., especialmente o setor de serviços prestados às empresas), serviços pessoais (2,8% a.a.) e serviços distributivos (2,3% a.a., especialmente o setor comercial). Assim, incorporando-se trabalhadores de distintas faixas de rendimentos, provoca-se uma dispersão mais aguda em torno da média, principal motivo para a deterioração do perfil distributivo no segmento terciário da economia.

2 - Nova configuração setorial-ocupacional e desestruturação do mercado de trabalho

Para melhor compreender a estrutura da distribuição pessoal da renda no Brasil durante a década de 90, é preciso conhecer como se distribuíram os trabalhadores de cada grande segmento da atividade econômica, segundo as principais categorias ocupacionais conhecidas: assalariados com carteira de trabalho assinada, assalariados sem carteira, trabalhadores por conta própria e empregadores.⁸

⁸ Cabe registrar que, nesta pesquisa, as categorias ocupacionais foram classificadas do seguinte modo: empregados assalariados com carteira (empregados com carteira, militares, funcionários públicos estatutários e trabalhadores domésticos com carteira); empregados assalariados sem carteira (empregados sem carteira, empregados sem declaração de carteira, trabalhadores domésticos sem carteira e trabalhadores domésticos sem declaração de carteira); autônomos (trabalhadores por conta própria); e empregadores (empregadores). Ademais, como o objetivo explícito do trabalho, para respeitar o corte setorial, é con-

A Tabela 2 informa sobre a composição do pessoal ocupado em termos tanto da inserção setorial (colunas **A**) quanto da inserção ocupacional (colunas **B**). Observando-se os dados relativos às colunas **A**, as quais correspondem à inserção setorial do pessoal ocupado segundo a posição na ocupação, pode-se ver que, nos totais de **A**, para o conjunto dos trabalhadores nos três grandes segmentos da atividade econômica, a participação dos ocupados com carteira se reduz de 44,6% em 1992 para 43,6% em 1996. Ao mesmo tempo, há um crescimento das categorias ocupacionais aqui consideradas informais no mercado de trabalho (assalariados sem carteira mais trabalhadores autônomos por conta própria) de 51,1% em 1992 para 52,8% em 1996.

É preciso esclarecer que, no âmbito desta pesquisa, o conceito de setor informal é trabalhado segundo uma dupla perspectiva. A primeira considera informais as atividades assalariadas desempenhadas fora do arcabouço institucional, legalmente estabelecido pelo Estado. A segunda considera informais as atividades não assalariadas desenvolvidas por autônomos, em que não há uma separação nítida entre a propriedade do empreendimento e a execução de suas atividades-fim (separação capital/trabalho). Em outras palavras, a concepção de setor informal sustentada aqui concilia, de um lado, o critério de demarcação proveniente da relação legal de trabalho, separando trabalhadores com e sem carteira assinada, e, de outro, o critério oriundo da relação de produção existente no negócio, que, no caso dos autônomos, é caracterizada por ser uma relação de produção não estruturada em moldes tipicamente capitalistas.⁹

centrar-se sobre os trabalhadores que declararam exercer atividade em um certo trabalho principal (entendido pelo IBGE como o de maior tempo de permanência no período de 365 dias da pesquisa, ou o de maior número de horas semanais a ele dedicado, ou, ainda, o de maior rendimento auferido na semana de referência), foi recomendável excluir as seguintes categorias ocupacionais dos cálculos realizados: trabalhadores para o próprio consumo; trabalhadores na construção para o próprio uso; trabalhadores não remunerados; trabalhadores sem declaração, cuja identificação na classe de "trabalho principal" é algo não muito bem definido na PNAD.

⁹ Segundo o critério demarcatório ligado à relação de produção vigente, seria melhor ter-se podido excluir aquela parcela de trabalhadores por conta própria (profissionais liberais) que, além de auferirem rendas elevadas, estão devidamente registrados nas administrações públicas, recolhendo contribuição previdenciária. Por outro lado, teria sido desejável incluir-se como trabalhadores informais aqueles classificados como empregadores, mas cujo empreendimento declarado é pequeno em termos do número de empregados (geralmente menos de cinco) e o grau de organização do negócio é precário do ponto de vista da separação das categorias lucro e remuneração do empregador ("pró-labore"). Em ambos os casos (exclusão de parte dos autônomos e inclusão de parte dos empregadores), não foi possível implementar os referidos cortes amostrais, com o que se optou por considerar como informal todo o conjunto de trabalhadores por conta própria, tratando separadamente, por sua vez, os empregadores.

Tabela 2

Distribuição percentual do pessoal ocupado nos grandes segmentos da atividade econômica, segundo a categoria ocupacional (posição na ocupação), no Brasil — 1992 e 1996

DISCRIMI- NAÇÃO	AGROPECUÁRIA				INDÚSTRIA			
	1992		1996		1992		1996	
	A	B	A	B	A	B	A	B
Com carteira ..	13,6	5,4	14,8	5,3	55,0	30,7	50,4	27,6
Sem carteira ..	38,7	26,3	35,6	20,3	18,3	17,4	21,0	18,5
Conta própria	42,1	29,9	44,9	27,1	23,0	22,9	24,8	23,1
Empregador ...	5,7	23,4	4,6	17,0	3,7	21,6	3,8	21,4
TOTAL	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-

DISCRIMI- NAÇÃO	SERVIÇOS				TOTAL A e B			
	1992		1996		1992		1996	
	A	B	A	B	A	B	A	B
Com carteira ..	49,6	63,9	47,8	67,1	44,6	100,0	43,6	100,0
Sem carteira ..	25,7	56,3	27,1	61,2	26,1	100,0	27,1	100,0
Conta própria	20,6	47,2	20,9	49,8	25,0	100,0	25,7	100,0
Empregador ...	4,1	55,1	4,2	61,6	4,3	100,0	4,2	100,0
TOTAL	100,0	-	100,0	-	100,0	-	100,0	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: 1. Os cálculos referem-se às pessoas (de 10 anos ou mais) ocupadas no período de captação de 365 dias da pesquisa, excluindo, no entanto, as seguintes categorias ocupacionais: trabalhadores na produção para o próprio consumo; trabalhadores na construção para o próprio uso; trabalhadores não remunerados; e trabalhadores sem declaração.

2. Os dados para as colunas **A** e **B** referem-se aos trabalhadores de todos os setores da economia brasileira, sendo que, no caso da coluna **A**, tem-se o peso relativo de cada categoria ocupacional no conjunto da economia; e, no da coluna **B**, tem-se a soma final (igual a 100%) relativa à distribuição de cada categoria ocupacional por setor de atividade.

A justificativa para esse corte analítico está ligada ao fato de que no interior de ambas as categorias ocupacionais assumidas como informais residem as atividades de trabalho mais precárias do ponto de vista do conteúdo ou da qualidade da ocupação e de mais frágil inserção profissional do ponto de vista das relações de trabalho. Isso não é, obviamente, o mesmo que dizer que não existam atividades de trabalho precário ou frágeis também no seio da categoria ocupacional de assalariados com carteira, mas sim que, nesse caso, a incidência de inserções dessa natureza é bem menor, posto estarem ligadas ao núcleo mais estruturado do mercado de trabalho.

Não por acaso, o regime de trabalho assalariado que se consolidou com o advento e a expansão do modo capitalista de produção passou a ser tanto o canal de entrada dos indivíduos no mercado de trabalho, e daí no próprio sistema econômico, como também a forma a partir da qual as pessoas se inscreviam na estrutura social, com todos os rebatimentos passíveis de investigação em termos da hierarquização das classes e dos conteúdos culturais e simbólicos relacionados. Principalmente a partir do segundo pós-guerra, a montagem (em alguns países) ou a consolidação (em outros) dos respectivos Estados de Bem-Estar tinham como referência central, para a concessão de benefícios sociais e transferências de renda, a filiação assalariada formal dos trabalhadores, pois a primazia dessa condição de trabalho, mediada pela esfera pública, garantia a possibilidade de controle e de avaliação dos programas e dos recursos governamentais envolvidos. O padrão de assalariamento formal permitia, ainda, organizar os fluxos do mercado de trabalho de modo a favorecer um certo tipo de modelo de convívio social construído depois da Segunda Guerra, sob o crivo do desenvolvimento das forças produtivas das economias capitalistas. É nesse sentido que a possibilidade de fracasso da sociedade salarial e a proliferação de formas atípicas de trabalho rompem a trajetória pretérita de organização dos mercados de trabalho, impondo que se estude cada uma dessas novas categorias ocupacionais em formação nas sociedades contemporâneas.¹⁰

Em primeiro lugar, constata-se, particularmente junto aos assalariados sem carteira, que a ausência de mediação institucional pelo Estado torna mais frágeis e assimétricas as relações capital/trabalho, favorecendo uma flexibilidade quantitativa externa (dispensa e contratação de mão-de-obra) muito elevada, que apenas serve para engendrar uma alta rotatividade de trabalhadores nessas ocupações. Como se sabe, níveis muito altos de rotatividade produzem, de um lado, postos de trabalho de baixa qualidade e praticamente nenhum investimento tecnológico ou em recursos humanos, e, de outro, trabalhadores sem especialização definida, que rodam intensamente por ocupações distintas, sem perspectivas de ascensão profissional nem salarial.¹¹

Em segundo lugar, a ausência ou precariedade dos mecanismos de proteção social conferidos pelo Estado a seus cidadãos tende a transferir aos âmbitos

¹⁰ Um estudo crítico sobre a gênese e a crise atual da sociedade fundada no trabalho assalariado pode ser visto em Castel (1998).

¹¹ Uma discussão mais detalhada sobre a natureza e os efeitos da flexibilidade no mercado de trabalho pode ser vista em Ramos (1992); Baltar e Proni (1995); e Barros e Mendonça (1997).

familiar e individual a responsabilidade pela sobrevivência, numa sociedade marcada por uma crescente redundância do trabalho vivo. Esse aspecto é particularmente dramático junto aos trabalhadores por conta própria de menores rendas, que tendem a não recolher contribuição previdenciária alguma, comprometendo a segurança familiar futura.

Como consequência mais direta de ambos os aspectos mencionados acima, potencializam-se, tanto para os assalariados sem carteira como para os trabalhadores por conta própria, maiores chances de terem que conviver com níveis médios de remuneração inferiores e jornadas de trabalho superiores às observadas para postos de trabalho semelhantes, porém pertencentes aos segmentos mais organizados do mercado de trabalho.¹² Esses aspectos concretos da realidade das categorias ocupacionais aqui chamadas informais ainda trazem outras consequências nefastas sobre a organização do mundo do trabalho. Não desprezível é a insegurança crescente que reina no interior dessa parcela significativa de trabalhadores ligados aos segmentos menos estruturados, onde se podem medir níveis inferiores para a produtividade do trabalho e para o bem-estar geral de suas famílias (MATTOSO, 1995).

Isto posto, voltando à Tabela 2, pode-se ver que, com exceção do segmento agropecuário, que possuía, em ambos os anos, um imenso contingente de trabalhadores situados na informalidade (na casa dos 80% do total de ocupados com rendimentos do trabalho principal), os segmentos da indústria e dos serviços apresentaram uma tendência de expansão dos seus respectivos estoques de trabalhadores informais. No caso da indústria, eles passaram de 41,3% em 1992 para 45,8% em 1996, enquanto nos serviços eles cresceram para 48%, tendo sido de 46,3% em 1992. O segmento industrial, não obstante, continuava tendo a maior parte dos trabalhadores com carteira — cerca de metade dos seus ocupados com rendimentos em 1996 —, enquanto, no outro extremo, a agropecuária seguia com um ínfimo percentual de assalariamento formal — menos de 15% dos ocupados. Nos serviços, não deixa de ser preocupante a

¹² Segundo informações extraídas dos quadros das matrizes de insumo-produto sobre pessoal ocupado e rendimento médio por posição na ocupação, entre 1994 e 1996, o rendimento médio em reais dos empregados assalariados manteve-se, sistematicamente, em torno de 20% acima do rendimento médio dos trabalhadores por conta própria. É óbvio que existem setores onde o inverso é verdadeiro, como, por exemplo, os setores de madeira e mobiliário, papel e gráfica, comércio, transportes, prestação de serviços às famílias e às empresas e aluguel de imóveis. Isso pode estar desvendando nichos próprios de mercado, muitas vezes não sujeitos à concorrência mais acirrada pela natureza das atividades desempenhadas, as quais se vêem favorecidas em épocas de expansão da renda urbana.

trajetória de crescimento da informalidade, justamente por ser o segmento da atividade econômica responsável pela maior capacidade de absorção de mão-de-obra no País.¹³

A Tabela 2 ainda pode ser vista sob outro ângulo, atentando-se para os dados referentes às colunas **B**, que, na verdade, representam, olhando pelas linhas, a inserção ocupacional do pessoal ocupado segundo o segmento da atividade econômica. De acordo com essa maneira de ver, nota-se que o setor serviços, embora possua um grau de assalariamento relativamente menor que o da indústria, possui, em termos absolutos, uma quantidade bem maior de trabalhadores com carteira assinada. Ou seja, de todos os trabalhadores com carteira, cerca de 67,1% deles estavam em atividades do segmento terciário no ano de 1996. O aumento do peso dos ocupados com carteira nos serviços e a concomitante redução dos mesmos na indústria refletem tanto o fenômeno de informalização crescente do mercado de trabalho quanto o movimento de migração de trabalhadores da indústria para os serviços, ambos os eventos constatados por inúmeras pesquisas empíricas desde o início da década de 90.

Sob essa mesma ótica, no bojo do processo de informalização e de expansão das atividades ligadas aos serviços, percebe-se que eles também passaram a concentrar um número maior de trabalhadores sem carteira (de 56,3% para 61,2% entre 1992 e 1996), autônomos (de 47,2% para 49,8%) e empregadores (de 55,1% para 61,6%). A maior taxa de crescimento observada para os empregadores relativamente à taxa dos assalariados (com ou sem carteira) reforça a tese do desassalariamento da mão-de-obra, que, em contrapartida, sai em busca de um auto-emprego.

Esse mesmo fenômeno pode ser constatado junto aos complexos do segmento industrial, numa perspectiva que retoma a ênfase na inserção setorial do pessoal ocupado segundo sua posição na ocupação. Com exceção do complexo industrial extrativo mineral não-metálico, todos os demais apresentaram um movimento de queda do assalariamento com carteira e um crescimento das categorias ocupacionais aqui consideradas informais (Tabela 3).

¹³ A explosão da informalidade em período recente, no Brasil, reverte completamente a trajetória de estruturação do seu mercado de trabalho vivenciada entre 1930 e 1970, "(...) através da ampliação dos empregos assalariados, sobretudo dos assalariados com carteira assinada, e da redução das ocupações não remuneradas e por conta própria e ainda dos desempregados. Para cada 10 postos de trabalho abertos naquele período, 8 eram assalariados (sendo 7 com registros e 1 sem registro) e 2 não assalariados. (...) Durante a década de 90, observa-se que para cada 10 postos de trabalho abertos, 8 são não assalariados e 2 assalariados, ambos sem registro" (POCHMANN, 1997, p.2-3).

Tabela 3

Distribuição percentual do pessoal ocupado nos complexos do setor industrial, segundo a categoria ocupacional (posição na ocupação), no Brasil — 1992 e 1996

DISCRIMI- NAÇÃO	INDUSTRIAL EXTRATIVO MINERAL NÃO- METÁLICO		METAL-MECÂNICO E MATERIAL DE TRANSPORTE		ELETRO- ELETRÔNICO	
	1992	1996	1992	1996	1992	1996
Com carteira ..	51,4	54,1	82,2	78,8	88,0	84,6
Sem carteira ..	30,9	30,2	9,4	11,9	8,8	12,6
Conta própria	12,6	11,4	4,5	4,7	0,6	1,2
Empregador ..	5,2	4,3	3,8	4,6	2,7	1,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

DISCRIMI- NAÇÃO	MADEIREIRO		PAPEL, PAPELÃO E EDITORIAL E GRÁFICO		QUÍMICO, PETROQUÍMICO, FARMACÊUTICO, BORRACHA E PLÁSTICO	
	1992	1996	1992	1996	1992	1996
Com carteira ..	42,7	38,0	79,9	72,4	88,5	86,8
Sem carteira ..	22,9	27,7	11,9	17,5	8,5	10,2
Conta própria	28,5	28,4	3,5	2,9	0,6	0,7
Empregador ..	5,9	5,8	4,7	7,2	2,4	2,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

DISCRIMI- NAÇÃO	TÊXTIL, COUROS E CALÇADOS		ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO		CONSTRUÇÃO CIVIL	
	1992	1996	1992	1996	1992	1996
Com carteira ..	43,0	39,9	66,0	63,1	33,6	26,1
Sem carteira ..	13,4	15,1	20,1	20,9	25,4	29,5
Conta própria	40,7	41,7	8,5	11,3	37,9	41,5
Empregador ...	2,9	3,3	5,4	4,7	3,2	2,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: Os cálculos referem-se às pessoas (de 10 anos ou mais) ocupadas no período de captação de 365 dias da pesquisa, excluindo, no entanto, as seguintes categorias ocupacionais: trabalhadores na produção para o próprio consumo; trabalhadores na construção para o próprio uso; trabalhadores não remunerados; e trabalhadores sem declaração.

É possível classificar os complexos industriais segundo o grau de institucionalização dos seus contratos de trabalho. Num nível que poderia ser considerado bastante elevado de formalização, estariam os complexos químico, petroquímico, farmacêutico, borracha e plástico; eletroeletrônico; metal-mecânico e material de transporte; papel, papelão, editorial e gráfico, todos eles concentrando trabalhadores com mais de 70% de assalariamento com carteira. Não por acaso, são todos representativos de setores oligopolizados da indústria, onde predominam as grandes organizações que ainda procuram atender aos requisitos legais de contratação e dispensa. Além disso, a própria natureza das atividades desempenhadas nesses complexos impede a proliferação de trabalhadores por conta própria, haja vista que se exige uma escala mínima de operação para esses negócios que supera, em muito, as capacidades técnica e administrativa inerentes aos autônomos.

Num nível intermediário de formalização dos contratos, encontrar-se-iam os complexos alimentos, bebidas e fumo; e industrial extrativo mineral não-metálico, com graus de assalariamento com carteira inferior a 70%, mas superior a 50%. Finalmente, num terceiro nível de formalização estariam os complexos têxtil, couros e calçados; madeireiro; e construção civil, que possuem menos de 50% de assalariamento com carteira. Não surpreende estes últimos serem todos representantes de setores que reconhecidamente concentram trabalhadores menos qualificados, chamando atenção o fato de a construção civil dispor de cerca de 70% de seus trabalhadores em categorias ocupacionais informais, quase tanto quanto a agropecuária.

A vinculação entre a natureza da atividade setorial e o perfil ocupacional correspondente pode ser evidenciada claramente no caso do complexo industrial extrativo mineral não-metálico, em que predominam, entre os trabalhadores informais, os sem carteira, enquanto no complexo têxtil e calçados prevalecem os autônomos.

A tentativa de classificação dos complexos terciários pelo grau de institucionalização dos contratos de trabalho mostra que, num nível superior de formalização, estariam os serviços sociais, com mais de 80% de trabalhadores com carteira (na verdade, funcionários públicos), reflexo evidente da natureza de suas atividades, e os serviços produtivos, com grau de assalariamento formal na faixa entre 71,3% e 62,9%, ainda que em trajetória declinante entre 1992 e 1996. No chamado nível intermediário, estaria somente o complexo serviços diversos, com cerca de 55% de trabalhadores formalizados e uma grande presença de assalariados sem carteira. O terceiro nível, por fim, seria composto pelos complexos serviços distributivos e serviços pessoais, ambos com menos de 50% de formalização dos contratos de trabalho (Tabela 4).

Tabela 4

Distribuição percentual do pessoal ocupado nos complexos
do setor serviços, segundo a categoria ocupacional
(posição na ocupação), no Brasil — 1992 e 1996

DISCRIMI- NAÇÃO	SERVIÇOS PRODUTIVOS		SERVIÇOS DISTRIBUTIVOS		SERVIÇOS PESSOAIS	
	1992	1996	1992	1996	1992	1996
Com carteira	71,3	62,9	43,4	41,2	29,9	31,4
Sem carteira	11,0	15,1	16,3	18,3	43,2	42,1
Conta própria ...	12,6	16,7	33,6	34,1	22,9	22,1
Empregador	5,1	5,3	6,7	6,4	4,0	4,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

DISCRIMI- NAÇÃO	SERVIÇOS SOCIAIS		SERVIÇOS DIVERSOS	
	1992	1996	1992	1996
Com carteira	86,9	83,6	55,3	55,5
Sem carteira	12,7	16,3	30,8	32,8
Conta própria ...	0,3	0,1	11,4	9,4
Empregador	0,0	0,1	2,5	2,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: Os cálculos referem-se às pessoas (de 10 anos ou mais) ocupadas no período de captação de 365 dias da pesquisa, excluindo, no entanto, as seguintes categorias ocupacionais: trabalhadores na produção para o próprio consumo; trabalhadores na construção para o próprio uso; trabalhadores não remunerados; e trabalhadores sem declaração.

O caso dos serviços pessoais é tão emblemático para o segmento dos serviços quanto o da construção civil para o segmento industrial. Ambos apresentam os maiores níveis de informalidade entre seus trabalhadores ocupados com rendimentos do trabalho principal, numa clara evidência das condições de deterioração do mercado de trabalho brasileiro na década de 90, na medida em que são atividades que concentram grandes contingentes de mão-de-obra urbana — cerca de 20% de todo o pessoal ocupado em 1996.

A afirmação precedente pode ser, ao menos em parte, comprovada pelas informações apresentadas na Tabela 5, a qual retrata a composição do pessoal ocupado nos segmentos da indústria e dos serviços, em cada quintil da distribuição de rendimentos do trabalho, segundo a respectiva posição na ocupação. Os dados ajudam a comprovar a tese de que, a despeito da tendência de aumento da participação dos trabalhadores sem carteira nos quintis de maiores rendas, a maior parte deles reside de fato nos quintis inferiores da pirâmide de

rendimentos do trabalho principal. Os trabalhadores por conta própria, ao contrário, estão mais bem distribuídos entre todos os quintis. Eles possuem uma ligeira tendência de concentrar-se nos quintis de maiores rendas, por ocasião da passagem de uma economia em estado de profunda recessão em 1992 para uma situação de estabilidade monetária e retomada do crescimento econômico em 1996, momentos em que sempre se vislumbram novas oportunidades para a abertura de pequenos negócios.

Nota-se, de pronto, uma desvalorização marcante do emprego formal na indústria, vista dentro de uma dupla perspectiva. Em primeiro lugar, a presença de trabalhadores com carteira reduziu-se em cerca de 8,4% entre 1992 e 1996, uma clara indicação de que a retomada do crescimento econômico não foi capaz de fazer crescer a participação do emprego formal. Paralelo a isso, mais que duplicou o peso dos trabalhadores com carteira no quintil relativo às menores rendas, que concentram os 20% mais pobres da distribuição. Não obstante, percebe-se que os trabalhadores mais bem remunerados da indústria ainda se encontram entre os com carteira, pois, nos três quintis de maiores rendas, eles representavam, na média, mais de 60% de todos os trabalhadores industriais.

Apesar disso, houve um alargamento, ainda na indústria, das categorias ocupacionais dos sem carteira e dos autônomos de cerca de 11% entre 1992 e 1996, que se fez acompanhar por um incremento de seus rendimentos, já que, para ambos, se constatou um deslocamento dos trabalhadores situados no quintil inferior em direção a todos os demais quintis de maiores rendas. Ou seja, enquanto o primeiro quintil reduziu, entre 1992 e 1996, em 15,4% o peso dos trabalhadores considerados informais, os demais quintis aumentaram as respectivas participações em 20% (segundo quintil), 11,8% (terceiro quintil), 43,4% (quarto quintil) e 90% (quinto quintil), no mesmo período.¹⁴

¹⁴ As informações presentes nos quadros de pessoal ocupado por setor de atividade e rendimentos médios por posição na ocupação extraídas das matrizes de insumo-produto do IBGE permitem observar que, entre 1994 e 1996, embora os rendimentos médios dos assalariados tenham se mantido sempre numa faixa 20% acima dos rendimentos médios dos trabalhadores por conta própria, a taxa de crescimento nominal dos rendimentos destes últimos cresceu acima da taxa média de crescimento dos rendimentos dos assalariados no mesmo período, puxando para cima a taxa de crescimento dos rendimentos totais. Ou seja, enquanto os rendimentos dos trabalhadores por conta própria cresceram em torno de 39,1% a.a. entre 1994 e 1996, os rendimentos totais cresceram à taxa de 36,2% a.a., e os rendimentos dos assalariados, à taxa de 32,9% a.a. Cumpre mencionar também que os rendimentos médios dos empregadores cresceram à taxa de 53,3% a.a. entre 1994 e 1996.

Tabela 5

Composição percentual do pessoal ocupado dos setores industrial e dos serviços, nos quintis da distribuição, segundo as principais categorias ocupacionais (posição na ocupação), no Brasil — 1992 e 1996

a) indústria

DISCRIMI- NAÇÃO	1º QUINTIL		2º QUINTIL		3º QUINTIL	
	1992	1996	1992	1996	1992	1996
Com carteira	12,0	25,8	56,1	47,5	61,5	58,0
Sem carteira	41,1	39,6	26,3	27,0	13,1	19,1
Conta própria	46,0	34,1	16,7	24,6	23,2	21,5
Empregador	0,9	0,5	0,9	0,9	2,2	1,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

DISCRIMI- NAÇÃO	4º QUINTIL		5º QUINTIL		TOTAL DA INDÚSTRIA	
	1992	1996	1992	1996	1992	1996
Com carteira	69,4	57,9	76,0	62,7	55,0	50,4
Sem carteira	7,2	13,2	3,6	6,3	18,3	21,0
Conta própria	19,8	25,5	9,4	18,4	23,0	24,8
Empregador	3,6	3,3	11,0	12,6	3,7	3,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

b) serviços

DISCRIMI- NAÇÃO	1º QUINTIL		2º QUINTIL		3º QUINTIL	
	1992	1996	1992	1996	1992	1996
Com carteira	13,6	19,6	48,6	47,2	61,8	60,3
Sem carteira	61,4	59,6	34,3	34,8	17,3	20,5
Conta própria	24,7	20,4	16,2	17,1	19,2	17,9
Empregador	0,3	0,4	0,9	0,8	1,7	1,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

DISCRIMI- NAÇÃO	4º QUINTIL		5º QUINTIL		TOTAL DOS SERVIÇOS	
	1992	1996	1992	1996	1992	1996
Com carteira	66,2	61,7	57,8	50,2	49,6	47,8
Sem carteira	9,7	13,2	5,7	7,4	25,7	27,1
Conta própria	20,1	21,3	22,6	27,7	20,6	20,9
Empregador	4,0	3,8	13,8	14,8	4,1	4,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

NOTA: Os cálculos referem-se às pessoas (de 10 anos ou mais) ocupadas no período de captação de 365 dias da pesquisa, excluindo, no entanto, as seguintes categorias ocupacionais: trabalhadores na produção para o próprio consumo; trabalhadores na construção para o próprio uso; trabalhadores não remunerados; e trabalhadores sem declaração.

Cabe registrar, porém, que todo esse movimento favorável a uma maior apropriação de renda por parte dos trabalhadores sem carteira e dos autônomos, verificado entre 1992 e 1996, em relação aos assalariados com carteira e empregadores ainda não retira do segmento não organizado do mercado de trabalho a condição de manter na informalidade mais da metade dos trabalhadores situados no quintil de menores rendimentos. Mais precisamente, uma média de 78,3% de trabalhadores localizados no primeiro quintil da distribuição de rendimentos da indústria classificam-se como informais, contra tão-somente 18,8% no quintil de maiores rendas.

O fenômeno de desfiliação da condição de assalariamento formal observado para o segmento industrial também se repetiu para os serviços, só que em menor intensidade: reduziu-se 3,6% a presença de trabalhadores com carteira no segmento dos serviços entre 1992 e 1996, contra a redução de 8,4% apontada para a indústria (Tabela 5). Também em menor intensidade se deu a passagem de assalariados com carteira dos quintis de maiores rendas para os de menores rendas entre os anos confrontados. Ou seja, entre 1992 e 1996, cresceu 44% o peso de trabalhadores com carteira no primeiro quintil da distribuição de rendimentos dos serviços, enquanto caía 13% essa participação no quintil de maiores rendas.¹⁵ Não obstante, assim como na indústria, os trabalhadores melhor remunerados dos serviços ainda eram aqueles que conservavam seus vínculos formais de assalariamento, pois representavam mais da metade de todos os trabalhadores nos três quintis de maiores rendimentos do trabalho principal.

Ainda se repete nos serviços o mesmo movimento de expansão das categorias ocupacionais tidas como informais no mercado de trabalho, tendo sido também em menor intensidade que na indústria. Isto é, a participação conjunta de ambas as categorias informais nos serviços expandiu-se 3,6% entre 1992 e 1996, contra o crescimento de cerca de 11% registrado na indústria. Aqui como lá, houve uma redução de trabalhadores sem carteira e por conta própria no quintil de menores rendimentos (-7% nos serviços e -15,4% na indústria) contra uma elevação nos quintis de maiores rendas: 2,7% no segundo quintil, 5,2% no terceiro, 15,7% no quarto e 24% no quinto quintil.

Os deslocamentos ocupacionais em igual direção, mas em intensidade menor nos serviços que na indústria, podem estar relacionados ao ponto de partida de ambos os setores no que se refere aos impactos das transformações

¹⁵ Os mesmos percentuais para a indústria foram de 115% e -17,5% respectivamente.

recentes sobre a estrutura econômica interna. O conjunto de atividades ligadas aos serviços foi o grande responsável pela absorção da População Economicamente Ativa pertencente aos segmentos menos estruturados do mercado de trabalho, de forma que não só já vinha recebendo há mais tempo as influências da crescente informalização das novas inserções ocupacionais como as manifestaram de modo mais intenso desde o começo. Assim, o processo de aparente arrefecimento das tendências à informalização no caso dos serviços, em relação ao observado entre 1992 e 1996 para a indústria, pode, na verdade, estar escondendo uma “maior resistência” por parte do segmento industrial diante das fortes pressões exercidas sobre seu mercado de trabalho. Por tratar-se, tradicionalmente, de um segmento melhor organizado em moldes capitalistas, com um mercado de trabalho mais estruturado em torno de uma cultura de assalariamento formal, pôde a indústria resistir um pouco mais às tendências de proliferação de inserções ocupacionais atípicas, como as que estão caracterizadas nesta pesquisa pelas categorias dos autônomos e dos sem carteira, mas sem que, no entanto, pudesse ter impedido aquela proliferação, num contexto de transformações estruturais e medidas de política econômica francamente desfavoráveis ao mundo do trabalho assalariado formal.

Isso posto, a despeito do ritmo de informalização ter se apresentado mais intenso no caso da indústria que no dos serviços, a precariedade e a fragilidade das inserções ocupacionais ainda se mostram mais dramáticas neste último, pois, enquanto a informalidade média registrada no quintil de menores rendimentos chegou a 78,3% na indústria, ela alcançou a marca de 83% nos serviços! No extremo oposto, olhando as informações de maneira mais desagregada, enquanto há na indústria uma presença média de cerca de 4,9% de assalariados sem carteira situados no quintil de maiores rendimentos, nos serviços essa presença é de 6,5%. Nesse mesmo quintil superior da distribuição, a participação média dos trabalhadores por conta própria é de 13,9% para a indústria e de 25,1% para os serviços. Esses dados permitem concluir que a distribuição dos rendimentos entre os trabalhadores informais é mais desigual nos serviços que na indústria, pois sua participação nos quintis extremos da árvore distributiva é maior no primeiro caso que no segundo.

O conjunto de fatores levantados até aqui convertem o fenômeno da informalidade num problema crucial para o entendimento da nova configuração setorial e ocupacional que está se formando no País desde a década passada, mas com maior intensidade a partir das transformações decorrentes da abertura da economia em período recente.

Desde logo, no entanto, é preciso dizer que o fenômeno da informalidade nunca foi um problema menor ao longo do processo de constituição do mercado de trabalho no Brasil. Jamais foi desprezível o peso representado pela dominância de ocupações de baixa remuneração e produtividade, geralmente situadas fora da relação formal de trabalho e sem amparo de mecanismos de proteção social, aspectos estes derivados, sobretudo, da heterogeneidade reinante nas relações de produção e de trabalho, bem como do grave problema de absorção pelos setores estruturados do mercado.

Deve-se lembrar que, na experiência de desenvolvimento dos países centrais, a trajetória de homogeneização do mercado de trabalho no pós-guerra esteve colada à crescente capacidade de geração de postos de trabalho em quantidade suficiente para absorver a população em idade ativa. É óbvio que a eficácia relativa dessas economias dependia da capacidade de sustentar um ritmo de crescimento econômico positivo, mas outros aspectos determinantes da homogeneização parecem ter sido a crescente regulação das relações de trabalho, a dominância do trabalho assalariado e, não desprezível, a convergência entre os padrões observados de renda e consumo. No caso brasileiro, ao contrário, durante os anos de avanço da industrialização,

“(...) observou-se crescimento do assalariamento, mas sem que este movimento tivesse resultado em uma tendência de homogeneização da estrutura ocupacional, tanto do ponto de vista das formas de trabalho como do padrão de remuneração. As dificuldades em conseguir uma inserção produtiva mais estável, com melhores condições de trabalho, amparada pelo sistema de proteção social existente e caracterizada por um nível de remuneração mais elevado continuaram presentes para a maioria da força de trabalho, tanto no meio rural como no urbano” (BALTAR, DEDECCA, 1997, p.4).

De um lado, o baixo grau de assalariamento da mão-de-obra como aspecto marcante durante todo o processo de constituição do mercado de trabalho nacional e, de outro, as diferentes formas de remuneração engendradas pela natureza mais flexível das atividades não estruturadas configuravam uma situação de extrema precariedade e fragilidade para as inserções setoriais e ocupacionais de grande parte da classe trabalhadora no Brasil. A ausência de uma tradição mais arraigada de assalariamento formal, em particular, contribuía para impedir a trajetória de homogeneização das relações de trabalho com proteção social, enquanto, por seu turno, a volatilidade da renda informal ao ciclo econômico ajudava a barrar o processo de convergên-

cia entre os padrões de renda e consumo junto às camadas sociais de menores rendas.¹⁶

Em suma, a concepção de setor informal envolta no pensamento dos anos 70 acreditava que, sendo o informal um subproduto do núcleo dinâmico capitalista, ele poderia ser reduzido pelo avanço da forma de organização dos setores modernos ao conjunto de atividades econômicas mais desestruturadas, já que o problema central de sua existência residia na incapacidade de absorção daquele excesso de mão-de-obra (SOUZA, 1980).

No entanto a realidade histórica dos países latino-americanos, em especial do Brasil, durante as décadas de 80 e 90, demonstrou ser infundada essa crença, ao acusar uma reversão no quadro de alargamento do assalariamento formal urbano. As transformações econômicas engendradas pelo movimento de abertura externa com recessão doméstica no início dos anos 90 agiram no sentido de aprofundar as inserções setoriais ligadas aos serviços prestados às empresas (serviços produtivos), ao comércio e transportes (serviços distributivos), aos serviços prestados às famílias (serviços pessoais) e aos serviços não mercantis (serviços diversos). Ao mesmo tempo, acentuaram-se as inserções ocupacionais consideradas informais, a saber, assalariados sem carteira e autônomos.

Esses eventos recentes sobre o mercado de trabalho brasileiro forçam uma reavaliação acerca da natureza do setor informal, na medida em que as categorias ocupacionais tidas como informais passam a ser não mais a porta de entrada para o mercado de trabalho, ou um refúgio temporário para a mão-de-obra excedente, mas assumem drasticamente o caráter de principal alternativa de inserção para a maioria da população em idade ativa.

A explosão da informalidade nos anos 90, como decorrência da sobreposição entre, de um lado, os movimentos setoriais de reestruturação produtiva e organizacional forçados pela abertura ao Exterior e, de outro, as políti-

¹⁶ É preciso ter claro, no momento em que se investigam os rendimentos do trabalho de maneira menos abstrata, que a categoria "salário" possui determinantes institucionais próprios da natureza da relação que expressa, sendo bastante diferentes dos determinantes próprios da categoria "renda do trabalho informal". Os "salários", na medida em que expressam determinada relação assalariada, estão mais ligados aos determinantes próprios dos segmentos organizados do mercado de trabalho, nos quais a dinâmica de crescimento do sistema econômico comanda o ritmo de absorção de mão-de-obra. Por sua vez, a categoria "renda informal", sempre que estiver referida aos rendimentos dos autônomos e pequenos empregadores, portanto, rendimentos não assalariados, estará mais diretamente ligada aos determinantes dos segmentos ditos não organizados do mercado de trabalho, onde a oferta de mão-de-obra é o principal aspecto a ser considerado.

cas econômicas domésticas de orientação recessiva, gerou um quadro de aprofundamento da heterogeneidade do mercado de trabalho que sinaliza uma situação de deterioração das condições de inserção ocupacional para a maior parte da classe trabalhadora no Brasil. Enquanto, nos anos 70, a heterogeneidade era vista como fruto de um crescimento das atividades modernas, insuficiente para absorver a disponibilidade existente de força de trabalho, na década de 90 a heterogeneidade do mercado de trabalho pode ser analisada também como produto da passagem de trabalhadores formais para a situação de informalidade crescente, que se acentua pela perda de dinamismo global do sistema econômico.

3 - Considerações finais

O texto procurou alertar para a idéia de que é infrutífero investigar a distribuição de renda sem levar em consideração aspectos relacionados ao estilo de desenvolvimento econômico. Isto porque, *grosso modo*, é o formato do desenvolvimento adotado no País que condiciona, a cada momento, o padrão de repartição da sua renda interna.

No âmbito deste trabalho, o objetivo foi mostrar que o perfil da distribuição pessoal está intimamente relacionado ao tipo de inserção setorial e ocupacional dos trabalhadores, posto que as especificidades de cada setor imprimem trajetórias distintas para a evolução das remunerações. Nesse particular, viu-se que a distribuição pessoal é mais desigual nos serviços que na indústria, e isso é preocupante diante da sua importante função incorporadora em período recente. Tal comportamento se explica, em parte, pelo fenômeno de expansão do emprego informal, em detrimento do assalariamento com carteira. Sabe-se que as possibilidades de expansão do emprego informal autônomo dependem fortemente do potencial de crescimento da renda urbana, quando surgem novas oportunidades para a realização de pequenos negócios. Não é à toa que os rendimentos desses trabalhadores são mais sensíveis aos ciclos de expansão e retração do produto que os rendimentos dos assalariados. E, na medida em que o número de concorrentes a uma ocupação por conta própria seja muito alto, tanto as possibilidades de encontrar novos espaços no mercado como seus próprios rendimentos médios devem cair, gerando uma possível situação de crescimento do desemprego aberto.

Foi nesse sentido que o texto procurou denunciar o processo de desestruturação do mercado de trabalho, em grande parte promovido pela desarticulação das atividades econômicas ligadas ao núcleo dinâmico do capitalismo no País. Esse panorama geral esconde, portanto, uma situação perversa,

num duplo sentido. Por um lado, as novas inserções setoriais no Terciário parecem ser fruto mais da perda de dinamismo econômico da estrutura produtiva brasileira do que de um reordenamento da mesma rumo a um novo padrão de desenvolvimento sustentável. Por outro, as novas inserções ocupacionais informais representariam muito mais estratégias individuais de sobrevivência, diante do colapso das alternativas de empregabilidade formal com proteção social, que uma livre e soberana escolha para alcançar ascensão profissional ou realização pessoal, ainda que muitas dessas atividades autônomas possam redundar em certo prestígio ou mesmo em rendimentos médios mais elevados por algum tempo.

Esse cenário de desalento que se afigura para o mercado de trabalho no Brasil ao final do milênio não parece, em suma, ser resultado de um modelo de desenvolvimento econômico sustentável no longo prazo e, ao contrário, está conduzindo a classe trabalhadora a um esquema de reprodução social fortemente ancorado no individualismo das soluções de sobrevivência, com reflexos perversos sobre a estrutura já bastante concentrada da renda do trabalho pessoal.

Bibliografia

- BALTAR, P., DEDECCA, C. (1997). **Mercado de trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90**. Campinas : UNICAMP/ IE. (mimeo).
- BALTAR, P., PRONI, M. (1995). Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil. **Cadernos do Cesit**, Campinas : UNICAMP/ IE, n.15.
- BARROS, R. P., MENDONÇA, R. (1997). **Flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro: uma avaliação empírica**. Brasília : IPEA. (Texto para discussão IPEA, n. 452).
- CARDOSO JUNIOR, J. C. (1999). **Anatomia da distribuição de renda no Brasil: estrutura e evolução na década de 90**. Campinas : UNICAMP/ IE. (Dissertação de mestrado).
- CARDOSO JUNIOR, J. C., MATOS, F. (1998). A questão distributiva no Plano Real. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3. **Anais....** Niterói: EdUFF.
- CASTEL, R. (1998). **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petropolis, RJ : Vozes.
- MATTOSO, J. (1995). **A desordem do trabalho**. São Paulo : Scritta.
- POCHMANN, M. (1997). **Traços gerais do movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro**. Campinas : UNICAMP/ IE. (mimeo).

- RAMOS, C. A. (1992). **Flexibilidade e mercado de trabalho**: modelos teóricos e a experiência dos países centrais durante os anos 80. Brasília : IPEA. (Texto para discussão, IPEA, n. 271).
- SOUZA, P. R. (1980). **A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas**. Campinas : UNICAMP/IE. (Tese de doutoramento).

Abstract

The paper analyses the new sectoral and occupational profile of Brazilian labour market in the 1990's. Firstly we discuss some general aspects of the sectoral changes in employment and of the personal distribution of income in Brazil. The analysis leads to the conclusion that the personal distribution is more unequal in the service sector than in the industrial sector. This is particularly worrying when we consider the important incorporating role that has been performed by service segment in recent time. Finally some characteristics of the occupational structure are presented in more details. The figures show that there is a process of expansion of the informal sector going on, which is regarded here as an evidence of the disorganisation of Brazilian labour market.